

O jovem como modelo cultural

Angelina Peralva

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, École des Hautes Études en Sciences Sociales

Da cristalização histórica das idades da vida

Nós sabemos hoje que as idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento bio-psíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo.

O trabalho de Philippe Ariès (1960) constitui provavelmente o marco mais importante no sentido dessa tomada de consciência. Ao afirmar o caráter tardio da emergência do sentimento de infância e sua natureza eminentemente moderna, ele distingue também (Ariès, 1973, prefácio, 6) o tipo particular de vínculo que liga adultos e crianças nas eras moderna e pré-moderna. “A transmissão de valores e saberes, e de forma mais geral a socialização da criança não eram (...) asseguradas pela família, nem controladas por ela. A criança se afastava rapidamente de seus pais, e pode-se dizer que, durante

séculos, a educação foi assegurada pelo *aprendizado* graças à coexistência da criança ou do jovem e dos adultos. Ele aprendia as coisas que era necessário saber, ajudando os adultos a fazê-las.”

A noção de *aprendizado*, sublinhada no texto original que acabo de citar, opõe-se à de socialização, do mesmo modo como o caráter inespecífico da relação entre adultos e crianças na Idade Média (quase que reduzida à sua dimensão biológica, função da especificidade biológica da fragilidade infantil) se opõe ao caráter voluntário da ação socializadora característica da modernidade, a qual inspirou toda uma série de trabalhos capitais sobre a ordem moderna.

Pouco importa que a consciência da especificidade da infância e da juventude, como objetos de uma ação educativa, já estivessem presentes na antiguidade clássica, conforme relembram François Dubet e Danilo Martuccelli (1996) ao comparar o ideal educativo da III República na França a uma paidéia funcionalista. A perspectiva de Ariès não é evolucionista. Ele sabe e afirma que a especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos

e em outras sociedades, anteriores à era medieval. Mas ao opor esses dois momentos da história ocidental, do ponto de vista da particularidade de suas atitudes com respeito à infância e à juventude, revela também a particularidade do vínculo social através do qual a juventude aparece como configuração própria da experiência moderna.

Textos básicos do pensamento contemporâneo, alguns anteriores, outros posteriores a Ariès, podem ser relidos à luz dessa perspectiva aberta por ele. Em seu estudo sobre a civilização dos costumes, publicado pela primeira vez em 1939, Norbert Elias (1973, 78, 70) remete a um período situado entre 1525 e 1550 o aparecimento do termo “civilidade” em sua acepção moderna e atribui sua difusão ao imenso sucesso de público encontrado por um pequeno tratado, *De civilitate morum puerilium*, publicado pela primeira vez em 1530, e cujo autor é Erasmo de Rotterdam: tratado que, como seu nome indica, tem por objeto a educação dos jovens. Sabemos o quanto, para Elias, a civilização dos costumes é um elemento crucial constitutivo de uma ordem moderna pacificada.

Também para Foucault educação e ordem são faces complementares do dispositivo intrínseco à racionalidade moderna. As técnicas disciplinares, que a escola condensa (1975), situam-se no âmago dos processos sociais constitutivos de um aparelho de poder renovado. Também a consciência da infância e da puberdade são inseparáveis da consciência da sexualidade infantil e juvenil (sexualidades desviantes) e da constituição de um dispositivo científico — dispositivo de saber — que pretende produzir efeitos de ordenamento sobre os costumes e os comportamentos (1976).

Interessa menos aqui retrair as diferentes etapas dessa história (que é parte integrante do saber contemporâneo sobre a ordem moderna) que lembrar que a difusão desses novos mecanismos de ordenamento do mundo ocorre, como nos mostram todos esses autores, de cima para baixo, da aristocracia e da burguesia em direção às classes populares, porque se vincula também, indissociavelmente, aos processos históricos de construção da democracia.

Se a difusão é lenta e progressiva, se as camadas populares durante muito tempo escapam às injunções da racionalidade moderna, se esta se expressa durante muito tempo apenas através de transformações imprecisas e fragmentárias no plano da mentalidade das elites, é também porque esse problema durante muito tempo escapa à esfera da ação do Estado. Nesse sentido, o período áureo da experiência moderna é sem dúvida a era industrial. É a partir do momento em que o Estado toma a si, de forma voluntária e sistemática, múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas e sobretudo a educação, é quando a escola se torna, no século XIX, instituição definitivamente obrigatória e universal, escapando à iniciativa aleatória e intermitente da sociedade civil (Furet et Ozouf, 1977), que a racionalidade moderna se torna também imperativo universal. Nesse momento, mais do que nunca, a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna¹. Ela emerge, diz Ariès (1973), com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, do mesmo modo como o aprendizado supunha, ao contrário, a mistura e a indiferenciação dos grupos etários.

Os processos através dos quais ocorre a cristalização social das idades da vida são múltiplos e convergentes. Supõem, primeiro, transformações essenciais no âmbito da família e em primeiro lugar da família burguesa, com uma mais nítida separação entre o espaço familiar e o mundo exterior, e uma redefinição do lugar da criança no interior da família. A criança se torna objeto de atenção particular e alvo de um projeto educativo individualizado, que de certo modo qualifica o lugar que ela virá posteriormente a ocupar na sociedade adulta. Escolarização e sentimento familiar se desenvolvem

¹ Uma representação *natural* das idades da vida, como parte de uma cosmogonia, precede essa representação propriamente social e é discutida por Ariès (1973) no primeiro tópico do capítulo dedicado à análise da emergência do sentimento de infância, justamente intitulado “as idades da vida”.

como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família; por outro, essa separação necessária é contraditória com o sentimento de família nascente e com a nova importância assumida pelos vínculos afetivos na estruturação das relações familiares.

Em segundo lugar, a cristalização social das idades supõe uma progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. O aprendizado, forma geral de iniciação ao trabalho que selava precocemente o fim da infância e marcava a entrada na vida adulta, era praticado, diz Ariès (1973, 255), em todas as camadas da população. À medida que a escolarização se difunde, ela tende a subtrair segmentos progressivamente mais amplos da população infantil às injunções do trabalho, retardando a entrada na idade adulta. Desse ponto de vista também, a experiência das sociedades industriais no século XIX introduz elementos novos que aceleram essas transformações históricas, redimensionando-as, mas sobretudo redefinem o processo social de cristalização das idades, institucionalizando as diferentes fases da vida por efeito da ação do Estado.

Um desses elementos é a generalização do trabalho assalariado na manufatura e na indústria nascente, que altera de maneira importante a organização familiar e os modos de vida no seio das camadas populares. Primeiro, as modalidades tradicionais de aprendizado se restringem e o aprendizado de modo geral se decompõe. Marie-France Morel (1977, 21-22) observa que, em Paris, durante o Segundo Império, só os ofícios de maior prestígio e melhor remunerados continuam a praticá-lo, da mesma forma que no passado. “Na maior parte dos outros ofícios (a tipografia por exemplo), o aprendizado se faz sem contrato e na prática. As crianças percebem uma remuneração — coisa que os pais apreciam — mas não recebem uma verdadeira formação profissional; a criança só efetua as tarefas subalternas que um aprendiz outrora teria considerado indignas dele: é chamada *burrinho de*

carga. Esses aprendizes de um gênero novo, sem tradição de ofício, são frequentemente apresentados na literatura patronal como ‘indóceis, indiscretos, mentirosos, grosseiros e algumas vezes insolentes’, ao passo que seus antecessores eram ‘exatos, assíduos, cuidadosos e habilidosos em seu ofício’.”

Por outro lado, as formas de inserção da criança no mundo do trabalho se degradam. Destacando sua presença maciça na manufatura e na indústria, Marie-France Morel explica isso como o resultado da miséria das famílias populares urbanas, que rapidamente tornou indispensável a contribuição do magro salário infantil (um terço a um quarto do salário adulto). Desde então a regulamentação e a limitação do trabalho das crianças transformam-se em objetivo comum do discurso higienista das elites (Perrot, 1977) e do movimento operário nascente. Na França, a lei de 1841 limita a oito horas o trabalho das crianças entre 8 e 12 anos, a 12 horas o dos adolescentes entre 12 e 16 anos. Ao mesmo tempo, a lei obriga os patrões a oferecerem educação a seus jovens trabalhadores.

Mas é a Terceira República que, ao fim do século XIX, consolida o processo de escolarização das crianças das classes populares, tornando-as objeto de uma ação socializadora sistemática por parte do Estado. A escolarização avança *contra* o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida. Mais do que isso, ela termina por se tornar, ao longo do tempo, e sobretudo a partir do segundo pós-guerra, o verdadeiro “suporte” da família contemporânea (Singly, 1993), que passa cada vez mais a depender do Estado enquanto mediador dos dispositivos que lhe asseguram a reprodução social. Quanto mais importante é a presença do Estado na esfera educativa, o que é o caso na experiência francesa, mais essa assertiva é verdadeira. Nesse sentido, a definição da infância e da juventude enquanto fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa — vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrigando fortes diferenças sociais no seu interior (Touraine, 1993).

Fases da vida e ordem moderna

Uma vez dotadas de especificidade própria, as fases da vida não se tornam apenas autônomas, umas em relação às outras. Permanecem interdependentes e mesmo hierarquizadas. Tal hierarquia constrói-se sobre a base de uma tensão, intrínseca à modernidade, entre uma orientação definida pela lógica da modernização (portanto, orientação para o futuro, através da afirmação conquistadora da renovação enquanto valor) e o fundamento normativo da ordem moderna, que afirma, ao contrário, a primazia do passado enquanto elemento de significação do futuro. Cabe ao passado, isto é à ordem social *já* constituída, domesticar, sem destruir, os elementos de transformação e modernização inerentes à vida moderna.

Hannah Arendt dedicou alguns dos seus mais belos ensaios à análise desse dilema. Já no prefácio de *Between Past and Future*, na verdade o primeiro ensaio da coletânea, ela toma partido e formula sua inquietação: “O testamento, que diz ao herdeiro aquilo que será legitimamente seu, atribui um passado ao futuro. Sem testamento ou, para elucidar a metáfora, sem tradição — que escolhe e nomeia, que transmite e conserva, que indica onde se encontram os tesouros e qual é seu valor — tudo indica que nenhuma continuidade no tempo pode ser definida e conseqüentemente não é possível existir, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente o devir eterno do mundo e dentro dele o ciclo biológico dos seres vivos.” (1972, 14)

Essa perspectiva define diretamente para ela o sentido do labor educativo, explicitado nesta passagem extraordinária de *A crise da educação* (1972, 238-239): “com a concepção e o nascimento, os pais não somente deram a vida a seus filhos; eles ao mesmo tempo os introduziram em um mundo. Ao educá-los, eles assumem a responsabilidade pela vida e pelo desenvolvimento da criança, *mas também pela continuidade do mundo*. Essas duas responsabilidades não coincidem de modo algum e podem mesmo entrar em conflito. Em um certo sentido, essa responsabilidade pelo desenvolvimento da

criança vai contra o mundo: a criança precisa ser particularmente protegida e cuidada para evitar que o mundo possa destruí-la. Mas o mundo também tem necessidade de proteção, de forma a evitar que ele seja devastado e destruído pela onda de recém-chegados que o invade a cada nova geração.” (Grifo meu; tradução minha a partir da edição francesa.)

A especificidade portanto da educação no mundo moderno é que ela *é e deve ser* intrinsecamente conservadora. Concepção que está na origem de uma noção mágica da sociologia, senão da própria sociologia, que inspirará toda uma linhagem de sociólogos — e muito especialmente os sociólogos da juventude — a noção, é claro, de socialização. Como Hannah Arendt, embora talvez de forma mais radical e mais dura, Durkheim (s.d., 41) dirá da educação que ela é “*a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social.*” (Grifado no original.) O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida.

Não por acaso, parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á então como uma sociologia do desvio: *jovem* é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo. Se as formas do desvio variam, em função de níveis distintos de estratificação social e cultural, o desvio enquanto tal, ainda que não sempre em suas modalidades extremas, é inerente à experiência juvenil, conforme propôs David Matza (1961), em sua análise das tradições ocultas da juventude. Assim, embora a tradição boêmia, o radicalismo estudantil e a tradição delinqüente incidissem sobre campos diferentes da prática social, as três, conforme Matza (1961:106), tinham forte apelo entre a juventude e eram “especificamente antiburguesas”, ainda que de maneiras diversas. “O delinqüente, por exemplo, não denuncia os dispositivos da propriedade burguesa, mas ele os viola. Ele rejeita os sentimentos burgueses de método e rotina, particular-

mente quando eles se manifestam no interior do sistema escolar. A atitude boêmia com relação aos dispositivos da propriedade burguesa é tipicamente de indiferença, embora horrorizada com a dimensão mercantil comumente associada a esses dispositivos. (...) Particularmente nas variedades do marxismo revolucionário, que representa o mais importante exemplo do radicalismo moderno, o foco primário do ataque radical foi o sistema capitalista de dominação política e econômica e o papel imperialista alegadamente desempenhado por tais sistemas nos assuntos internacionais. (...) Nesse sentido, vemos que cada tradição subterrânea foi hostil à ordem burguesa, mas cada uma seguiu uma linha de ataque algo diferente.” (Matza, 1961, 106)

Embora a contribuição do funcionalismo, sobretudo norte-americano, para a compreensão das práticas desviantes da juventude, através de um número considerável de estudos empíricos, seja de importância inegável, é difícil também não reconhecer o aspecto quase caricatural de uma sociologia para a qual valores e arcabouço normativo da ordem social constituem, não categorias de análise, mas o *a priori*, a partir do qual a análise será desenvolvida. Em artigo anterior, também muito conhecido, o próprio David Matza, juntamente com Gresham Sykes (1957), se interroga sobre as técnicas empregadas pelos jovens para *neutralizar* o inevitável sentimento de culpabilidade que experimentaríamos ao transgredir valores convencionais. A ordem social é, simultaneamente, uma ordem moral e normativa e o desvio, fato excepcional e objeto a ser explicado — mas também fato inscrito no interior de uma relação intergeracional. Aliás, Solomon Kobrin (1951) registra, observação importante, que a delinquência propriamente *juvenil* inexistente em áreas fortemente controladas por uma criminalidade adulta estável, de tipo profissional e com capacidade de integração do jovem nas práticas criminosas. Embora a delinquência do jovem esteja presente, ela perde nesse contexto sua dimensão juvenil estrito senso.

Vale dizer, de passagem, que os temas da ordem e da normatividade estão longe de ser um problema exclusivo do funcionalismo. E, embora o in-

teracionismo tenha renovado profundamente as formas de perceber o desvio, sobretudo deslocando uma problemática até então definida em termos motivacionais para uma outra, definida em termos de interação, ele não rompe com a estrutura básica do raciocínio funcionalista, definida pela oposição entre norma e desvio. O ator goffmaniano é extremamente convencional e para Becker (1985) as próprias normas são produzidas por empresários da moral, num contexto definido em termos de interações. Nessa perspectiva, se o jovem não constitui uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui com certeza uma categoria importante, pode-se dizer mesmo central, nas representações sociais do desvio.

Assim, o temor suscitado pelo jovem, o sentimento de insegurança a ele freqüentemente associado no imaginário adulto, constituem a outra face dessa moeda. Já não se trata aí do jovem cujo desvio é necessário prevenir ou mesmo punir, mas daquele que ameaça o adulto indefeso, encarnando tudo aquilo que, em sua vida, este já não consegue controlar. Gérard Mauger (1991) dirá, nessa perspectiva, que o sentimento de insegurança inspirado pelos jovens não pode ser reduzido a um efeito mecânico do crescimento da delinquência juvenil, porque lança raízes mais amplamente no conjunto de representações sociais que cada sociedade e cada época constroem sobre a sua própria juventude.

Tampouco os recortes classistas fogem a essa oposição estrutural de tipo intergeracional. Quer se trate de uma dominação de classe travestida através de categorias administrativas e da ação do Estado, como quer Chamboredon (1971), para quem os atores institucionais comportam-se de maneira muito mais flexível e laxista quando se trata de punir o desvio em jovens originários de classes médias ou abastadas do que quando se trata de jovens oriundos das classes populares, quer se trate de uma socialização de classe que as transformações históricas da sociedade, e particularmente o esgotamento da ordem industrial inviabilizaram (Dubet, 1987), quer se trate dos prolongamentos dessa temática tal como se manifesta na discussão sobre as subculturas

juvenis, sempre subculturas de classe, o binômio ordem social/socialização permanece inteiro enquanto categoria interpretativa central. Significativamente a *juventude da greve* historiada por Michelle Perrot (1984) refere-se ao mesmo tempo ao caráter violento das greves protagonizadas por jovens no século XIX, no bojo de um movimento operário nascente, e à juventude dessa forma de luta, enquanto tal.

A ruptura com uma problemática fortemente dominada pelos temas da ordem e do desvio, cristalizou-se em torno da idéia de geração. Nos termos em que foi originalmente formulada por Mannheim (1990), ela havia significado uma valorização do novo na área da sociologia do conhecimento. Renasce nos anos 60, em meio aos debates sobre o engajamento político da juventude. *Culture and Commitment*, de Margaret Mead (1979), tinha como subtítulo *a Study of the Generation Gap*. São duas faces do mesmo problema: é o engajamento político dos jovens que revela o fosso entre as gerações. Esse engajamento público maciço a que se assiste então nos mais diferentes países tem, diz Mead, um único elemento comum: o fato de ser uma expressão política juvenil. A noção de geração estará, pelos mesmos motivos, no centro da análise empreendida por Marialice Foracchi (1964) sobre o papel do estudante na transformação da sociedade brasileira. A juventude não é apenas vigiada e desviante: sua marginalidade inova e transforma (Perrot, 1986).

É preciso, não obstante, reconhecer que os fundamentos da sociologia da juventude estão originalmente ligados a uma representação da ordem social, e do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades respectivas na preservação dessa ordem, na sua observância, na ruptura com relação a ela, ou na sua transformação. Quer o passado imprima ao futuro o seu significado, quer o futuro se imponha ao passado como perspectiva de renovação.

Des-ordem na representação social do ciclo da vida

Essa estrutura de oposições significativas que deu abrigo a uma sociologia da juventude desaparece ou se dissolve, no bojo da aceleração das transformações contemporâneas e hoje só se mantém na ótica da crise ou de uma reação conservadora. Foi, para Mead (1979), a aceleração, justamente, dessas transformações que constituiu um fosso entre as gerações e deu-lhes a brusca consciência de suas identidades geracionais, alterando as relações entre elas. Como para Hannah Arendt (mas também como para Tocqueville que Hannah Arendt evoca), o passado não mais iluminando o futuro, a consciência “caminha nas trevas”: “enquanto os adultos pensarem que, como seus pais e os senhores de outrora, eles podem proceder por introspecção, invocando sua própria juventude para compreender a juventude atual, eles estarão perdidos”. (Mead, 1979, 93)

A consciência da identidade geracional deriva portanto de uma tensão entre duas ordens de significados expressos por gerações diferentes e é tanto mais forte quanto mais forte a própria tensão. Se a tensão se dissolve, ou por mudança excessivamente lenta, ou por mudança excessivamente rápida, já não há também possibilidade de cristalização de identidades geracionais diferenciadas. É o que parece estar ocorrendo agora: o prosseguimento em ritmo acelerado das mesmas transformações históricas, que para Mead constituíram o fosso entre as gerações, impossibilita hoje paradoxalmente a emergência de uma consciência geracional.

Tal questão, de resto, já havia sido considerada por Mannheim (1990, 66-67). “Temos”, dizia ele, “a prova contrária de que a aceleração da dinâmica social é a causa da entrada em atividade da potencialidade de criação de novos impulsos de geração, no fato de que comunidades profundamente estáveis ou que se transformam pelo menos muito lentamente — como o mundo camponês — não conhecem o fenômeno das unidades de geração que se destacam, alimentadas por enteléquias comple-

tamente novas, porque as novas gerações crescem em meio a transformações contínuas de gradação invisível. (...) Portanto, quanto mais o ritmo da dinâmica sócio-intelectual se acelera, maiores são as chances de que situações de geração determinadas reajam às mudanças com sua própria 'entelúquia' a partir de sua nova situação de geração. *Por outro lado, um ritmo excessivamente rápido pode conduzir a um recobrimento dos germes das entelúquias das gerações uns pelos outros.* Nós, contemporâneos, podemos talvez perceber, graças a uma observação mais atenta, que faixas etárias diferentes se seguem, exatamente escalonadas, e coexistem em sua maneira de reagir, mas sem conseguir alcançar a formação de novas entelúquias de geração e princípios estruturadores correspondentes." (Grifo meu.)

Assim, a cristalização geracional se dissolve pela dissolução da oposição entre o passado e o futuro. O futuro se torna presente e absorve o passado. O tempo linear aparentemente se esgota, cedendo lugar a um tempo funcionalmente diferenciado, conforme sugerem alguns autores, inclusive Alberto Melucci em artigo publicado neste número. Importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, alterando-as profundamente. As transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização são provavelmente as mais importantes.

A incidência da transformação das relações de trabalho sobre a representação social do ciclo da vida é naturalmente mais visível ali onde a ação sistemática do Estado mais fortemente contribuiu para institucionalizá-las, o que é o caso na experiência das social-democracias europeias. Ali, a distribuição do trabalho ao longo do ciclo da vida sofreu mudanças significativas nos últimos vinte anos. Os jovens entram mais tardiamente no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, exatamente em um momento em que o ciclo biológico também se alterou, pelo prolongamento da esperança de vida. Isso acarretou ao mesmo tempo um envelhecimento demográfico e um envelhecimento médio da força de trabalho, conforme observa Anne-

Marie Guillemard (1995, 177): "Estamos assistindo a um remanejamento profundo da transição da atividade para a aposentadoria, que parece anunciar uma desinstitucionalização do modelo do ciclo de vida ternário. Este último ordena o percurso etário em três tempos sucessivos com funções bem distintas: a juventude se forma, a idade adulta trabalha e a velhice tem direito ao repouso."

Partindo da constatação da queda brutal dos índices de atividade na faixa de 55 a 64 anos na maioria dos países desenvolvidos, com exceção da Suécia e do Japão, Guillemard (1995, 179) constata que isso acarretou uma modificação na arquitetura dos dispositivos institucionais que regulam a saída definitiva da atividade econômica. "O modelo tradicional de saída definitiva da atividade, que implicava simultaneamente um ingresso no sistema de aposentadoria, tornou-se mesmo claramente minoritário para três países: a França, a Alemanha, os Países Baixos." Em 1988, na França, somente 26,5% dos ativos passavam diretamente da atividade à aposentadoria: 35% vinham do sistema de pré-aposentadoria e 20% do seguro desemprego. Na Alemanha, também a passagem direta à aposentadoria tornou-se minoritária: entre 1980 e 1984, metade dos que se aposentavam vinham de um regime de pensão por invalidez. Além disso, os próprios critérios de atribuições de pensões por invalidez foram modificados para fazer face às novas injunções de funcionalidade do trabalhador assalariado em relação ao mercado de trabalho, contribuindo para a multiplicação e a diversificação das modalidades possíveis de saída precoce do mercado de trabalho, por outras vias que não a da aposentadoria.

Essas alterações não são inócuas, elas incidem diretamente sobre a representação social do ciclo da vida. "O desenvolvimento dos sistemas de aposentadoria ajudou, juntamente com outras políticas sociais (a educação entre outras), a acentuar o peso dos critérios cronológicos entre as referências que marcam os limites e balizam as transições entre uma idade e outra do ciclo da vida. As aposentadorias contribuíram portanto para a *cronologização* do percurso etário, doravante marcado essencialmen-

te pelas idades cronológicas — a idade obrigatória da escolaridade e a idade mínima fixada pelo fim da escolaridade que delimita a infância e a adolescência, a idade fixada para o direito à aposentadoria integral assinalando a entrada na velhice, etc.” Essa definição institucional do percurso etário tinha como corolário a sua normatização e a sua forte previsibilidade. Hoje, o ciclo de vida ternário sofre, sob a influência da reestruturação da proteção social, duas transformações importantes: uma des-cronologização do ciclo de vida e sua des-estandardização. Passa-se de referências cronológicas a referências funcionais para balizar os limites entre uma idade e outra. Isso é particularmente visível no que se refere à atividade econômica, onde a proteção social se orienta cada vez mais, conforme foi dito, por critérios de funcionalidade. Mas essa alteração não é puramente corretiva, ela tende a tornar-se padrão.² Por outro lado, a des-cronologização do percurso etário induz um ordenamento impreciso, aleatório e não controlável. “O tempo imediato, instantâneo (...) prevalece. Estaríamos evoluindo de um ‘tempo administrado’ para uma ‘recusa do tempo’.” (Guillemard, 1995, 189-192)

A tendência generalizada a um prolongamento da escolaridade também estaria contribuindo para uma desconexão dos atributos da maturidade e, portanto, para a des-organização do modelo terná-

rio do ciclo da vida. “Não se pode (...) tratar essas transformações da adolescência como um simples alongamento (modelo do postergamento ou do *sursis*), nem como uma simples redefinição do período, ligada às transformações demográficas gerais. São a estrutura e a composição dos atributos sociais da juventude, os modos de acesso à maturidade que se encontram modificados.” Não se trata de fenômeno puramente social, mas também cultural. O significado simbólico de certos atributos se altera e certas idades diminuem — a idade do acesso ao relógio, ao voto, ao exercício da sexualidade adulta, à moradia independente, à detenção de um meio de locomoção independente, carro ou moto. (Chamboredon, 1995, 17, 18, 20) Mas, ao mesmo tempo, isso não ocorre de maneira homogênea em todas as camadas da população. O desemprego do jovem e a carência de autonomia financeira obrigam muitos a permanecerem durante muito tempo sob o mesmo teto que os pais. Entre as camadas populares a separação entre sexualidade precoce e reprodução, que já não encontra mais um freio eficiente na definição moral da honra feminina, nem sempre se faz de modo adequado. Etc.

Mutação biológica do ciclo da vida: o jovem como modelo cultural

A desorganização do modelo ternário do ciclo da vida, vista sob o prisma do reordenamento funcional das prestações oferecidas pelo Estado no campo da proteção social, constitui apenas um dos indicadores das transformações mais gerais do mundo contemporâneo, particularmente no que se refere às responsabilidades respectivas e à lógica das reciprocidades entre os diferentes grupos etários.

Embora nossa consciência dessas transformações seja ainda extremamente recente, já parece claro que o modelo educativo da socialização, co-fundador da ordem moderna, entrou em estado de obsolescência. Vários indícios apontam para um modo de ordenamento cultural que seria hoje, se recorrermos às categorias de Mead (1979), mais cofigurativo, no sentido de um aprendizado comum rea-

² “Assim, no caso dos Estados Unidos, onde invalidez e desemprego desempenharam um papel restrito, sabe-se que qualquer critério de idade para o exercício, após 40 anos, da atividade profissional foi abolido desde 1986, no quadro da emenda à lei contra a discriminação no emprego. Esse dispositivo legislativo introduz o princípio de um *direito ao trabalho e ao prolongamento da atividade ao qual não pode ser oposto nenhum critério etário*. Esboça, conseqüentemente, uma forma de organização social diferente do percurso etário, marcada por um recuo do critério da idade cronológica e a prevalência de critérios funcionais, fundados nas capacidades e desempenhos do trabalhador. Somente esses últimos critérios autorizam doravante legitimamente o empregador americano a despedir ou a aposentar.” (Guillemard, 1995, 189)

lizado pelos diferentes grupos etários face às injunções de um mundo que lhes aparece como fundamentalmente novo, do que pós-figurativo, como o foi o modelo da modernidade ocidental, pautado na transmissão da experiência passada como elemento de ordenação e domesticação do futuro, ou pré-figurativo como foi o modelo fundado nas utopias de que foi portadora a geração dos anos sessenta.

Mas não se trata apenas de aceleração da mudança social. Trata-se também de uma verdadeira mutação biológica do ciclo da vida, introduzida a partir de uma elevação importante da esperança de vida, que já dobrou em menos de um século e cujo processo de alongamento tende a continuar. Desse ponto de vista, a definição das fases da vida, pontuada em seus extremos pelo nascimento e pela morte, sofre também uma alteração profunda, cujas conseqüências permanecem ainda obscuras para nós (Morin, 1970). O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente.

Guita Debert (1996, 12 e 13) observa, nessa perspectiva, que “as novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro (...) oferecem (...) um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer fase.” Acrescenta no entanto que seria ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. “A característica marcante desse processo é a valorização da juventude que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico.” Mais do que isso, “a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo”. A importância dos meios de comunicação de massa como veículo de integração cultural e o crescimento do consumo de massa contribuem para essa juvenização. O tema das subculturas juvenis ancoradas em experiências de classes

tende a ser relativizado e cede em parte lugar ao dos estilos, gêneros e cenas numa representação da sociedade enquanto espetáculo (Abramo, 1994).

O novo significado dos estudos sobre juventude emerge ao que parece desse conjunto de transformações. Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel, (1994). *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- ARENDT, Hannah, (1972). *La crise de la culture*. Paris: Gallimard.
- ARIÈS, Philippe, (1960). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon.
- _____, (1973). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil.
- BECKER, Howard S, (1985). *Outsiders: etudes de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié
- CHAMBOREDON, Jean-Claude, (1971). La délinquance juvénile, essai de construction d'objet. *Revue française de Sociologie*, XII. p. 335-377.
- DEBERT, Guita Grin, (1996). A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *XX Encontro Anual da ANPOCS*, 22 a 26 de outubro de 199. Caxambu, Minas Gerais. (GT: Cultura e Política).
- DUBET, François, (1987). *La Galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard.
- _____, MARTUCELLI, Danilo, (1996). *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Emile, (s.d). *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 7. ed.
- ELIAS, Norbert, (1973). *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy
- FORACCHI, Marialice Mencarini, (1964). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, FFLCH/USP. Tese (Doutorado).

- FOUCAULT, Michel, (1975). *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- _____, (1976). *Histoire de la sexualité 1: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard
- FURET, François, OZOUF, Jacques, (1977). *Lire et écrire: l'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Minuit.
- GUILLEMARD, Anne-Marie, (1995). Le cycle de vie en mutation: la place du travail en question: individualisation ou normalisation?. In: DUBET, François, WIEVIORKA, Michel (orgs.). *Penser le sujet*. Autour d'Alain Touraine. Paris: Fayard.
- KOBRIN, Solomon, (1951). The conflict of values in delinquency aAreas. *American Sociological Review*, v. 16, oct.. p. 653-661.
- MANNHEIM, Karl, (1990). *Le problème des générations*. Paris: Nathan.
- MATZA, David, (1961). Subterranean traditions of youth. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 338, Nov.
- MATZA, David, SYKES M, Gresham, (1957). Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review*, n. 22. pp. 657-669.
- MAUGER, Gérard, (1991). Les représentations sociales de la jeunesse comme facteurs d'insécurité?: notes pour une recherche. *Les Cahiers de la sécurité intérieure*, n. 5, mai-juil.
- MEAD, Margaret, (1979). *Le fossé des générations*. Paris: Denoël/Gonthier
- MOREL, Marie-France, (1977). L'enfant dans la ville: XVIe - XIXe siècles. In: Divers Auteurs. *La ville et l'enfant*. Paris: Centre de création industrielle/ Centre national d'art et de culture Georges Pompidou.
- MORIN, Edgar, (1970). *L'homme et la mort*. Paris: Seuil.
- PERROT, Martyne, (1977). Le gamin de Paris: généalogie d'un portrait. In: Divers Auteurs. *La ville et l'enfant*. Paris: Centre de création industrielle/ Centre national d'art et de culture Georges Pompidou.
- PERROT, Michelle, (1984). *Jeunesse de la grève: France 1871-1890*. Paris: Seuil.
- _____, (1986). Quand la société prend peur de sa jeunesse en France, au 19e siècle. In: PROUST, François (org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vaucresson: CRIV.
- SINGLY, François de, (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan.
- TOURAINÉ, Alain, (1993). Jeunesse et société au Chili. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 137, ago.